

Demonstrações Financeiras

Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
5. CLIENTES.....	17
6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	17
7. INVESTIMENTOS.....	21
8. IMOBILIZADO.....	31
9. ARRENDAMENTOS.....	33
10. FORNECEDORES.....	36
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	36
12. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	36
13. PROVISÕES.....	36
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	37
15. RECEITA.....	39
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	40
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	41
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	41
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim (“Companhia” ou “Cemig Sim”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$315.257 mil (R\$175.033 mil em 2022), representado por 315.257.242 ações (175.032.992 ações em 2022) ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Os investimentos constantes da Companhia reforçam a estratégia de crescimento sustentável no mercado de Geração Distribuída, com participação integral nas usinas sob sua gestão e o compromisso de criação de valor por meio de investimentos em projetos que contribuem para diversificação de seu portfólio focado em fontes de energia renováveis e melhoria da matriz elétrica do Estado de Minas Gerais.

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado em 2023 de R\$16.211 mil (R\$11.469 mil em 2022). Destaca-se, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o aumento do valor justo de combinação de negócios, no montante de R\$10.734 mil (R\$737 em 2022), oriundo das aquisições de combinação de negócios das UFV’s Campo Lindo I e II e Olaria I.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou créditos referentes a imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$2.226 mil, em relação ao resultado de R\$13.985 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2022, a Companhia apurou crédito com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$4.076 mil, em relação ao resultado de R\$7.393 mil antes dos efeitos fiscais.

As alíquotas de imposto de renda e contribuição social foram 15% e 9%, respectivamente.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi positivo em R\$14.768 mil (R\$6.426 mil positivo em 2022) e o crescimento da margem do LAJIDA foi positiva em 229,82% no mesmo período (132,47% positiva no exercício de 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var.
Resultado líquido	16.211	11.469	141,35
Despesas (Créditos) com imposto de renda e contribuição social	(2.226)	(4.076)	54,61
Resultado financeiro	1.035	528	196,02
Depreciação e amortização	(252)	(1.495)	16,86
LAJIDA (1)	14.768	6.426	229,82

- (1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento de dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$16.211 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$811 mil para constituição de reserva legal;
- R\$3.850 mil para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e
- R\$11.550 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Cemig Sim, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$3.850 mil para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da empresa o permitir; e R\$11.550 mil mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Sim manifesta seu agradecimento ao Governador do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria e ao Conselho de Administração do acionista controlador e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - Cemig Sim
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - Cemig Sim (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - Cemig Sim em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	39.577	1.315
Títulos e valores mobiliários	4	-	6.317
Clientes	5	5.341	591
Tributos compensáveis	6a	990	701
Dividendos a receber	18	482	-
TOTAL DO CIRCULANTE		46.390	8.924
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6b	10.493	8.269
Tributos compensáveis	6a	7	156
Investimentos	7	253.864	163.615
Imobilizado	8	117.025	17.069
Direito de uso	9	42.495	17.644
Outros créditos		805	107
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		424.689	206.884
ATIVO TOTAL		471.079	215.808

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.609	821
Impostos, taxas e contribuições	11	2.829	682
Dividendos a pagar	14	3.850	-
Salários e contribuições sociais	12	409	417
Passivo de arrendamento	9	3.351	1.401
Cauções em garantia	7	1.840	4.063
Outros passivos		105	-
TOTAL DO CIRCULANTE		14.993	7.384
NÃO CIRCULANTE			
Passivo de arrendamento	9	40.066	16.599
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		40.066	16.599
TOTAL DO PASSIVO		55.059	23.983
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital social		315.257	175.033
Reservas de lucros		29.153	16.792
Adiantamento para futuro aumento de capital		71.610	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		416.020	191.825
PASSIVO TOTAL		471.079	215.808

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	15	5.697	6.553
CUSTOS			
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(4.096)	(507)
		(4.096)	(507)
LUCRO BRUTO		1.601	6.046
DESPESAS OPERACIONAIS	16		
Despesas gerais e administrativas		(19.850)	(20.095)
Outras despesas operacionais (reversões)		102	(309)
		(19.748)	(20.404)
Resultado de equivalência patrimonial	7	21.145	19.519
Ajuste a valor justo de investimentos	7	10.735	737
Resultado operacional antes do resultado financeiro		13.733	5.898
Receitas financeiras	17	1.123	1.914
Despesas financeiras	17	(871)	(419)
		252	1.495
Resultado antes dos impostos		13.985	7.393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	2.226	4.076
RESULTADO DO EXERCÍCIO		16.211	11.469

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	16.211	11.469
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>16.211</u>	<u>11.469</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)**

	Capital social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucro		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	102.153	-	657	5.200	-	108.010
Aumento de capital	72.880	-	-	-	-	72.880
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(534)	-	(534)
Resultado do exercício	-	-	-	-	11.469	11.469
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	573	-	(573)	-
Reserva especial	-	-	-	5.448	(5.448)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.448	(5.448)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	175.033	-	1.230	15.562	-	191.825
Aumento de capital	140.224	-	-	-	-	140.224
Subscrição de Ações a Capitalizar	-	71.610	-	-	-	71.610
Resultado do exercício	-	-	-	-	16.211	16.211
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	811	-	(811)	-
Dividendo obrigatório - reserva especial	-	-	-	-	(3.850)	(3.850)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	11.550	(11.550)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	315.257	71.610	2.041	27.112	-	416.020

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	16.211	11.469
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 6)	(2.226)	(4.076)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7)	(21.145)	(19.519)
Depreciação (Nota 8)	54	53
Amortização direito de uso (Nota 9)	1.001	485
Valor justo de participações societárias (Nota 7)	(10.735)	-
Perdas de créditos esperadas (Nota 5)	3.309	-
Juros e variações monetárias	(1.028)	(1.931)
Juros passivo de arrendamento (Nota 16)	3.642	937
	(10.917)	(12.582)
(Aumento) Redução de ativos		
Clientes	(8.059)	195
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2	-
Tributos compensáveis	(140)	125
Dividendos recebidos	14.445	16.177
Outros créditos	(698)	(209)
	5.550	16.288
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	1.788	384
Impostos, taxas e contribuições	2.147	120
Salários e contribuições sociais	(8)	(570)
Cauções garantia	(2.223)	4.063
Outras obrigações	105	-
	1.809	3.897
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	(3.558)	7.703
Juros pagos (Nota 9)	(1.965)	(177)
Juros recebidos	1.028	1.851
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.495)	9.377
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(151.569)	(91.774)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	157.910	93.751
Aquisição de investimentos	(73.296)	(69.173)
Aquisição de Imobilizado (Nota 8)	(100.010)	(16.830)
Restituição de capital (Nota 7)	-	7.740
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(166.965)	(76.286)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	140.224	72.880
Adiantamento para futuro aumento de capital	71.610	-
Dividendos pagos	-	(4.187)
Arrendamentos pagos (Nota 9)	(2.112)	(943)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	209.722	67.750
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.262	841
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.315	474
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	39.577	1.315
	38.262	841

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 9 de janeiro de 2002, foi constituída a Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim (“Companhia” ou “Cemig Sim”), sociedade anônima de capital fechado, que tem como controladora a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia está sediada em Belo Horizonte/MG.

A Cemig atua de forma ampla e diversificada na área de energia, oferecendo serviços de geração distribuída, eficiência energética, armazenamento de energia e mobilidade elétrica. Entre seus principais objetivos, está a implantação, instalação, operação, manutenção e locação de empreendimentos e equipamentos de mini geração distribuídas, bem como o desenvolvimento de soluções eficientes associadas a essa área. A Companhia também presta consultoria e assessoria técnica, oferece serviços de eficiência energética e soluções personalizadas, realiza gestão energética e de centrais de utilidades, intermediando operações de compra e venda de energia elétrica. Adicionalmente, oferece serviços de gestão de iluminação pública e desenvolve negócios inovadores envolvendo tecnologias na área de energia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Companhia possui participação societária nos seguintes empreendimentos, cujo principal objetivo é a geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.

Investimentos	Potência total (MWp) (Não auditado)	Participação societária Cemig SIM	Parceira nos investimentos conjuntos
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. “UFV Janaúba”	5,20	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. “UFV Corinto”	5,28	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. “UFV Manga”	6,34	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. “UFV Bonfinópolis”	3,45	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. “UFV Lagoa Grande”	7,33	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. “UFV Lontra”	6,38	49%	Mori Energia Holding S.A.

UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Mato Verde"	3,23	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Mirabela"	2,59	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Porteirinha I"	3,23	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Porteirinha II"	3,23	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Brasilândia"	7,35	49%	Mori Energia Holding S.A.
Apolo 1 SPE Empreendimentos e Energia S.A. "UFV Apolo I"	2,75	49%	Apolo Empreendimentos e Energia Ltda.
Apolo 2 SPE Empreendimentos e Energia S.A. "UFV Apolo II"	2,75	49%	Apolo Empreendimentos e Energia Ltda.
G2 Olaria 1 Energia S.A. "UFV Olaria I"	3,25	100%	G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
G2 Olaria 2 Energia S.A. "UFV Olaria II"	3,25	100%	G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
G2 Campo Lindo 1 Energia S.A. "UFV Campo Lindo I"	3,25	100%	G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
G2 Campo Lindo 2 Energia S.A. "UFV Campo Lindo II"	3,25	100%	G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Fazenda Prudente SPE LTDA "UFV Fazenda Prudente"	6,46	100%	-
Duceu Geradores de Energia SPE LTDA	3,20	100%	-

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 28 de maio de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeira exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Clientes (perdas de crédito esperadas);
- Nota 6 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 7 – Investimentos (avaliação do valor recuperável do ágio);
- Nota 8 – Imobilizados (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 9 – Arrendamentos (mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento);
- Nota 12 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações)

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.
CPC 32 – Imposto sobre o Rendimento	A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. A Companhia já havia contabilizado o imposto diferido sobre arrendamentos e provisões para desmantelamento, resultando em um efeito semelhante ao das alterações propostas. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses	01/01/2024

<p>dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidência – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)</p>	<p>acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p>	
<p>CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”</p>	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.</p> <p>As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p>	<p>01/01/2024</p>

2.8. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado, e os arrendamentos passou a segregar os juros sobre os arrendamentos pagos, os juros incorridos e o valor do arrendamento principal.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.9. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

2.10. Isenção relativa à apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia fazendo uso da isenção prevista no CPC 36(R3) – Demonstrações Consolidadas, optou em não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas em conjunto com suas demonstrações financeiras individuais. Neste contexto, a controladora final Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig” ou “grupo”), emitiu em 21 de março de 2024 o conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	66	250
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	39.511	-
<i>Overnight</i>	-	1.065
	39.577	1.315

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variaram 80% a 98% a.a. em 31 de dezembro de 2023 conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As **operações de overnight** consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 13,62% e 13,64% a.a. em 2022.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Aplicações financeiras (1)		
Circulante		
Certificados de Depósito Bancário – CDB	-	694
Letras Financeiras – Bancos	-	4.131
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.456
Debêntures	-	36
	-	6.317
Não circulante		
Debêntures	-	24
	-	24
	-	6.341

(1) Em 2023 a Companhia não aplicou em Títulos e valores mobiliários.

Os **Certificados de Depósito Bancário (“CDB”)** pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”) que variou 103% a 104,4% a.a. do CDI em 2022, conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos (“LFs”)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do CDI. As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam 103,3% e 110,26% a.a. do CDI em 2022.

As **Letras Financeiras do Tesouro (“LFTs”)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam entre TR + 1% a 118,69% do CDI em 2022.

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CLIENTES

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
		Mais de 360 dias	2023	2022
Clientes	1.670	7.451	9.121	7.679
PCE (1)	-	(3.780)	(3.780)	(7.088)
Total	1.670	3.671	5.341	591

- (1) Em 26 de dezembro de 2023 foi feita a reversão no valor de R\$3.309 em função de acordo com um grande cliente, pela condução e realização de projetos do Programa de Eficiência Energética-PEE através da celebração de um Contrato de Desempenho, tendo como partes a Efficientia S.A. (atualmente Cemig SIM) e este grande cliente, além da Cemig Distribuição S.A. como interveniente-anuente.

Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas

Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.088
Constituições líquidas (nota 16)	3.309
Baixas	(6.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.780

Estimativas e julgamentos

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32.

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	873	714
Contribuição social	124	143
	997	857
Circulante	990	701
Não circulante	7	156

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo Diferido	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	7.715	6.068
Contribuição social	2.778	2.201
	10.493	8.269

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

Ano	Realização
2024	359
2025	795
2026	602
2027	3.220
2028	3.554
2029	1.896
2030	17
2031	17
2032	17
2033	17
Total	10.493

A Companhia possui ativos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos fiscais diferidos é como segue:

	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos				
Arrendamento IFRS 16	200	78	-	279
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	9.052	7.121	-	16.173
Perdas de créditos esperadas	2.410	(1.125)	-	1.285
Ganho por compra vantajosa	(3.393)	(3.759)	-	(7.154)
Amortização menos valia	-	(89)	-	(89)
Total	8.269	2.226	-	10.493

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social diferido

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.985	7.393
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal		
Equivalência patrimonial	(21.994)	(19.926)
Amortização mais-valia	963	435
Amortização menos-valia	(114)	(71)
Valor justo de aquisições em estágios	(10.734)	-
Gratificação administradores	-	92
Reversão de perdas de créditos esperadas	(3.309)	-
Ajuste valor justo de investimentos	(8.465)	(737)
Arrendamento	231	435
Outros	29	29
Imposto de renda e contribuição social – (Crédito) Despesa efetiva	(2.226)	(4.076)
Alíquota efetiva	(15,92%)	(55,12%)
Diferido	2.226	4.076

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou a receita por tributo diferido resultante no resultado;

- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

7. INVESTIMENTOS

Investidas	2023	2022
Controladas em conjunto		
UFV Janaúba	4.443	3.422
UFV Corinto	8.851	8.441
UFV Manga	11.229	10.799
UFV Bonfinópolis II	6.304	6.409
UFV Lagoa Grande	14.495	14.141
UFV Lontra	17.685	17.526
UFV Mato Verde	6.169	6.123
UFV Mirabela	4.139	4.200
UFV Porteirinha I	5.058	4.739
UFV Porteirinha II	6.718	6.604
UFV Brasilândia	14.501	14.176
UFV Apolo I	5.770	5.489
UFV Apolo II	6.168	-
Controladas		
UFV Campo Lindo I	20.974	6.457
UFV Campo Lindo II	20.465	6.734
UFV Olaria I	20.128	6.793
UFV Olaria II	17.377	-
Duceu Geradores de Energia	20.460	-
UFV Fazenda Prudente	42.930	41.562
Total do investimento	253.864	163.615

Aquisição de participação societária em SPEs detentoras de UFVs

UFV Apolo 2

Em 13 de janeiro de 2023, a Companhia concluiu a aquisição de 49% da participação societária na Apolo 2 SPE Empreendimentos e Energia S.A. O valor da aquisição corresponde a R\$5.759, sendo efetivamente pago, na data do fechamento, o montante de R\$4.895. O restante, no valor de R\$864, que representa 15% do preço de aquisição, foi retido pela Companhia, como garantia ao cumprimento da obrigação, da Vendedora, de indenizar a Companhia, nos termos contratuais, sendo que a liberação do valor retido em garantia à Vendedora depende da ocorrência de determinados eventos, conforme previsto no contrato. As condições precedentes para o fechamento da operação foram devidamente satisfeitas.

O fechamento da operação de aquisição de participação societária na SPE Olaria 2 depende da implementação das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de ações, sendo o montante estimado para tanto de R\$6.530, sujeito aos mecanismos de ajustes de preço previstos no referido contrato.

Duceu Geradores de Energia

Em 28 de abril de 2023, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na Duceu Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos SPE Ltda. (“UFV Montes Claros”), detentora da UFV Montes Claros após cumpridas todas as condições precedentes.

Abaixo, segue resumo da mensuração preliminar do valor justo dos ativos e passivos adquiridos:

Em milhares de reais	UFV Montes Claros
Valor do patrimônio líquido da Duceu Geradores de Energia	19.749
Menos valia dos ativos líquidos da investida	(12)
Valor justo dos ativos líquidos	19.737
Goodwill	390
Valor total da contraprestação paga por 100% de participação na Duceu Geradores de Energia	20.127

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de Aquisição
Circulante	72	Circulante	352
Outros ativos circulantes	37	Outros passivos circulantes	352
Não circulante	26.016	Não circulante	4.416
Ativo imobilizado	20.320	Outros passivos não circulantes	4.416
Direito de uso- arrendamentos	5.696		
Ativo intangível	23		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	19.737

Para a Companhia, as aquisições ampliarão sua participação no mercado de geração de energia elétrica, elevando seu nível de geração e garantindo o abastecimento energético aos consumidores de forma eficiente, em razão da expertise nesse mercado.

Aquisição de participação societária em Sociedades de Propósito Específico - SPE

Etapa 1: Aquisição de 49% de participação societária nas SPEs Campo Lindo 1, Campo Lindo 2 e Olaria 1

Em 18 de novembro de 2020, a Cemig SIM e a G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“G2” ou “Vendedora”) celebraram Termos e Princípios da Operação, do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas que concedeu à Cemig SIM, de forma irrevogável e irretratável, uma opção de compra de ações (“Opção de Compra”) correspondente a até 49% das seguintes SPEs, por um preço pré-definido sem qualquer atualização monetária, podendo ser exercida em conjunto ou separadamente:

Sociedade de Propósito Específico (SPE)	Usina Fotovoltaica (UFV)	Potência (MWp) (1)	Opção de Compra	Potência equivalente (MWp) (1)	Preço Base (por MWp)	Preço da Opção de Compra
G2 Campo Lindo 1 Energia S.A.	Campo Lindo 1	3,25	49%	1,59	4.100	6.529
G2 Campo Lindo 2 Energia S.A.	Campo Lindo 2	3,25	49%	1,59	4.100	6.529
G2 Olaria 1 Energia S.A.	Olaria 1	3,25	49%	1,59	4.100	6.529
G2 Olaria 2 Energia S.A.	Olaria 2	3,25	49%	1,59	4.100	6.529

1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 10 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Cemig autorizou o exercício da Opção de Compra, de até 49% das ações das SPEs Campo Lindo 1, Campo Lindo 2 e Olaria 1. Em relação à SPE Olaria 2, o Conselho de Administração delegou à Diretoria Executiva da Cemig a autorização para o exercício da Opção de Compra.

Em 07 de abril de 2022, a Companhia celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações e outras avenças (CCVAs) para aquisição de 49% de participação societária em 6 Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs, detidas pela G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“G2”) e pela Apolo Empreendimentos e Energia Ltda. (“Apolo”).

As Sociedades de Propósito Específico são detentoras de 6 usinas fotovoltaicas localizadas em Lavras-MG, que operam na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, totalizando 18,5MWp de potência. As Usinas, atenderão, em conjunto, clientes do mercado residencial, comercial e industrial de baixa tensão.

Em 4 de agosto de 2022, foi concluída a aquisição da participação societária de 4 SPEs objeto dos CCVAs, diante da implementação de todas as condições suspensivas para tanto, conforme tabela abaixo:

	Usina	Potência (MWp) (1)	Patrimônio Líquido na data da aquisição	Preço de aquisição ajustado	Retenção (2)
UFV OLARIA I	Olaria 1	3,25	13.991	7.047	(1.057)
UFV CAMPO LINDO I	Campo Lindo 1	3,25	14.475	7.067	(1.060)
UFV CAMPO LINDO II	Campo Lindo 2	3,25	14.226	7.046	(1.057)
UFV APOLO I	Apolo 1	2,75	9.389	5.925	(889)
UFV OLARIA II	Olaria 2	3,25	-	-	-
UFV APOLO II	Apolo 2	2,75	-	-	-
Total		18,5	52.081	27.085	(4.063)

1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

2) Parcela do preço de aquisição que foi retida para constituição de garantia, pela Vendedora, do cumprimento da sua obrigação de indenizar a Companhia, nos termos e limites previstos no CCVA, registrados no Passivo Circulante na rubrica de “Cauções em garantia”. Os valores retidos foram liberados em março de 2023, após a ocorrência de determinados eventos definidos no CCVA.

Etapa 2: Aquisição dos 51% restante de participação societária nas SPEs Campo Lindo 1, Campo Lindo 2 e Olaria 1, bem como a aquisição de 100% na SPE Olaria 2 (“Operação”)

Em março de 2023, após negociações havidas entre os sócios da G2 e a Cemig SIM, foi recebida proposta de alienação das ações, correspondentes a 51% das participações de cada uma das 4 SPEs, adicionalmente à aquisição de 49% de participação na SPE Olaria 2, cuja usina foi conectada ao sistema de distribuição em novembro de 2022, condição precedente prevista no CCVA de 07 de abril de 2022, por um preço pré-definido sem qualquer atualização monetária:

Sociedade de Propósito Específico (SPE)	Usina Fotovoltaica (UFV)	Potência (MWp) (1)	Participação em venda	Potência equivalente (MWp) (1)	Preço Base (por MWp)	Valor de Compra Base
G2 Olaria 2 Energia S.A. (opção de compra)	Olaria 2	3,25	49%	1,59	4.100	6.529
G2 Campo Lindo 1 Energia S.A.	Campo Lindo 1	3,25	51%	1,66	5.850	9.696
G2 Campo Lindo 2 Energia S.A.	Campo Lindo 2	3,25	51%	1,66	5.850	9.696
G2 Olaria 1 Energia S.A.	Olaria 1	3,25	51%	1,66	5.850	9.696
G2 Olaria 2 Energia S.A.	Olaria 2	3,25	51%	1,66	5.850	9.696

1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 20 de julho de 2023, a Cemig Sim concluiu a aquisição dos 51% restante das participações societárias detidas nas SPEs: (i) G2 Olaria 1 Energia S.A., (ii) G2 Campo Lindo 1 Energia S.A. e (iii) G2 Campo Lindo 2 Energia S.A., passando a ser detentora de 100% das

ações das mencionadas Sociedades, bem como a aquisição de 100% das ações na SPE G2 Olaria 2 Energia S.A., conforme tabela a seguir:

Sociedade de Propósito Específico (SPE)	Participação detida anteriormente	Participação adquirida	Preço de Aquisição	Retenção (1)
G2 Campo Lindo 1 Energia S.A.	49%	51%	10.235	-
G2 Campo Lindo 2 Energia S.A.	49%	51%	10.024	-
G2 Olaria 1 Energia S.A.	49%	51%	9.974	-
G2 Olaria 2 Energia S.A.	-	100%	17.177	(1.718)
			47.410	(1.718)

1) Parcela do preço de aquisição que foi retida para constituição de garantia, pela Vendedora, do cumprimento da sua obrigação de indenizar a Companhia, nos termos e limites previstos no CCVA, registrados no Passivo Circulante na rubrica de "Cauções em garantia". A liberação do valor retido está condicionada à ocorrência de determinados eventos definidos no CCVA.

As 4 SPEs são detentoras de 4 usinas fotovoltaicas, com 13 MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, localizadas na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Para avaliação econômico-financeira da Operação, bem como a alocação do preço de compra (PPA - Purchase Price Allocation), a Companhia contratou a Investor Consulting Partners, que preparou laudo de avaliação independente, cujas principais premissas e critérios adotados estão detalhados no laudo.

Os valores dos ativos líquidos adquiridos na data da aquisição estão demonstrados abaixo:

Ativos líquidos adquiridos	Campo Lindo 1	Campo Lindo 2	Olaria 1	Olaria 2	Total
Disponível	976	1.288	1.109	297	3.670
Outras contas a receber	374	340	324	445	1.483
Créditos Fiscais	-	-	-	-	-
Imobilizado	13.075	13.100	13.171	13.677	53.023
Intangível - Direitos de Arrendamento	350	350	355	355	1.411
Fornecedores	(20)	(18)	(19)	(19)	(76)
Obrigações Fiscais	(79)	(83)	(77)	(49)	(288)
Outras Obrigações	(2)	(2)	(53)	(36)	(93)
Arrendamento de Propriedade a Pagar	(945)	(945)	(945)	(914)	(3.750)
Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2023	13.728	14.029	13.866	13.757	55.380
Intangível - Direito de Exploração (1)	7.092	6.696	6.431	3.420	23.639
Mais valia do ativo intangível	7.092	6.696	6.431	3.420	23.639
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	20.820	20.725	20.297	17.177	79.019

1) O Ativo Intangível referente ao Direito de Exploração das adquiridas foi identificado e avaliado com base na metodologia MPEEM - Multi Period Excess Earnings Method e está relacionado ao direito de exploração das usinas fotovoltaicas durante o período de 23 anos.

Combinação de negócios realizada em estágios – reavaliação da participação detida anteriormente

Considerando que a Companhia detinha participação societária de 49% nas SPEs Campo Lindo 1, Campo Lindo 2 e Olaria 1, a sua participação anterior foi mensurada novamente pelo valor justo na data da aquisição e o ganho resultante foi reconhecido no resultado, conforme demonstrado abaixo:

Valor justo da participação detida anteriormente	Campo Lindo 1	Campo Lindo 2	Olaria 1	Total
Valor justo em 30 de junho de 2023	21.602	21.839	21.067	64.508
Remensuração do Valor Justo da participação anterior (49%)	10.585	10.701	10.323	31.609
Valor contábil em 30 de junho de 2023	(6.701)	(6.949)	(6.986)	(20.636)
Ganho reconhecido no resultado (1)	<u>3.884</u>	<u>3.752</u>	<u>3.337</u>	<u>10.973</u>

1) O ganho por ajuste a valor justo da participação anterior foi reconhecido na rubrica "Ajuste a valor justo de investimentos" na Demonstração do Resultado.

Adicionalmente, como a Companhia não reconheceu ajustes no valor contábil de sua participação anterior em contrapartida a outros resultados abrangentes que deveriam ser reclassificados para o resultado, não foram necessários ajustes no patrimônio líquido.

A aquisição não resultou em ágio (*goodwill*) ou ganho proveniente de compra vantajosa, conforme demonstrado a seguir:

Determinação do Ágio/Compra Vantajosa	Campo Lindo 1	Campo Lindo 2	Olaria 1	Olaria 2	Total
Contraprestação transferida - caixa		10.235	10.024	9.974	17.177
Valor justo da participação detida anteriormente	10.585	10.701	10.323	-	31.609
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis		(20.820)	(20.725)	(20.297)	(17.177)
Ágio/(Compra Vantajosa)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação dos investimentos da Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é apresentada a seguir:

Investidas	31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aportes/Aquisições	Combinação de negócios		31/12/2023
					Valor justo	Amortização	
UFV Janaúba	3.422	1.598	(577)	-	-	-	4.443
UFV Corinto	8.441	1.385	(975)	-	-	-	8.851
UFV Manga	10.799	1.643	(1.213)	-	-	-	11.229
UFV Bonfinópolis II	6.409	403	(508)	-	-	-	6.304
UFV Lagoa Grande	14.141	2.110	(1.756)	-	-	-	14.495
UFV Lontra	17.526	2.280	(2.121)	-	-	-	17.685
UFV Mato Verde	6.123	1.070	(1.024)	-	-	-	6.169
UFV Mirabela	4.200	544	(605)	-	-	-	4.139
UFV Porteirinha I	4.739	1.022	(703)	-	-	-	5.058
UFV Porteirinha II	6.604	928	(814)	-	-	-	6.718
UFV Brasilândia	14.176	1.991	(1.666)	-	-	-	14.501
UFV Apolo I	5.490	350	(69)	-	-	-	5.770
UFV Apolo II	-	409	-	5.759	-	-	6.168
UFV Campo Lindo I	6.457	611	(129)	10.235	3.884	(84)	20.974
UFV Campo Lindo II	6.734	331	(294)	10.024	3.752	(82)	20.465
UFV Olaria I	6.793	324	(228)	9.974	3.337	(72)	20.128
UFV Olaria II	-	200	-	17.177	-	-	17.377
Duceu Geradores de Energia	-	333	-	20.127	-	-	20.460
UFV Fazenda Prudente	41.562	3.613	(2.245)	-	-	-	42.930
Total do Investimento	163.615	21.145	(14.927)	73.296	10.973	(238)	253.864

Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aportes/Aquisições	Redução do capital social	31/12/2022
UFV Janaúba	2.698	1.522	(798)	-	-	3.422
UFV Corinto	9.259	1.937	(1.726)	-	(1.029)	8.441
UFV Manga	11.294	2.538	(2.085)	-	(948)	10.799
UFV Bonfinópolis II	6.432	1.257	(595)	-	(685)	6.409
UFV Lagoa Grande	14.891	2.672	(2.211)	-	(1.211)	14.141
UFV Lontra	17.823	3.577	(2.644)	-	(1.230)	17.526
UFV Mato Verde	6.130	1.272	(872)	-	(407)	6.123
UFV Mirabela	4.058	1.070	(575)	-	(353)	4.200
UFV Porteirinha I	5.318	1.161	(932)	-	(808)	4.739
UFV Porteirinha II	6.384	1.238	(870)	-	(148)	6.604

UFV Brasilândia	14.553	2.751	(2.207)	-	(921)	14.176
UFV Apolo I	-	(333)	(103)	5.925	-	5.490
UFV Campo Lindo I	-	(284)	(326)	7.067	-	6.457
UFV Campo Lindo II	-	(222)	(90)	7.046	-	6.734
UFV Olaria I	-	(111)	(143)	7.047	-	6.793
UFV Fazenda Prudente	-	(526)	-	42.088	-	41.562
Total do Investimento	98.840	19.519	(16.177)	69.173	(7.740)	163.615

O capital social e o patrimônio líquido total dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é assim constituído:

Investidas	Quantidade de ações	2023		2022	
		Capital social	Patrimônio líquido	Capital social	Patrimônio líquido
UFV Janaúba	18.509.900	6.510	9.064	6.510	6.983
UFV Corinto	18.000.000	15.900	18.060	15.900	17.224
UFV Manga	21.235.933	19.300	22.109	19.300	21.188
UFV Bonfinópolis II	13.197.187	11.800	12.955	11.800	13.174
UFV Lagoa Grande	25.471.844	23.000	25.840	23.000	24.917
UFV Lontra	29.010.219	26.500	29.794	26.500	29.134
UFV Mato Verde	11.030.391	10.200	11.531	10.200	11.381
UFV Mirabela	9.320.875	8.600	9.501	8.600	9.682
UFV Porteirinha I	12.348.392	10.700	11.898	10.700	11.331
UFV Porteirinha II	11.702.733	11.400	12.691	11.400	12.405
UFV Brasilândia	25.629.900	24.000	26.810	24.000	26.002
UFV Apolo 1	8.258.979	8.259	9.074	8.259	8.500
UFV Apolo 2	8.311.234	8.311	9.381	-	-
UFV Campo Lindo 1	13.323.845	13.324	14.030	13.324	13.231
UFV Campo Lindo 2	13.323.845	13.324	13.917	13.324	13.590
UFV Olaria 1	13.323.845	13.324	13.839	13.324	13.472
UFV Olaria 2	13.592.889	13.593	14.033	-	-
UFV Prudente	35.050.000	35.050	36.292	35.050	34.645
UFV Duceu	17.650.000	17.650	20.621	-	-

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2023, são apresentadas a seguir:

2023	UFV Janaúba	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo						
Circulante	5.111	4.369	5.865	3.121	5.900	6.502
Caixa e equivalentes de caixa	909	1.574	2.080	1.200	2.118	1.970
Não circulante	17.043	15.427	18.458	10.965	22.263	25.591
Total do ativo	22.154	19.796	24.323	14.086	28.163	32.093
Passivo						
Circulante	2.288	493	754	305	582	913
Empréstimos e financiamentos	1.726	-	-	50	-	-
Não circulante	10.802	1.243	1.460	826	1.741	1.386
Empréstimos e financiamentos	9.517	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	9.064	18.060	22.109	12.955	25.840	29.794
Total do passivo e patrimônio líquido	22.154	19.796	24.323	14.086	28.163	32.093
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	-	5.538	6.570	-	7.345	8.222
Custos operacionais	4.680	(2.004)	(2.295)	(1.139)	(1.942)	(2.288)
Depreciação e amortização	(1.386)	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	4.680	3.534	4.275	(1.139)	5.403	5.934
Despesas gerais e administrativas	-	(57)	(61)	(24)	(18)	(51)
Receitas financeiras	254	118	118	22	165	250
Despesas financeiras	(818)	(127)	(177)	(545)	(175)	(157)
Resultado operacional	4.116	3.468	4.155	(1.686)	5.375	5.976
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-

Imposto de renda e contribuição social	(814)	(641)	(758)	3.217	(870)	(989)
Resultado líquido do exercício	3.302	2.827	3.397	1.531	4.505	4.987
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	3.302	2.827	3.397	1.531	4.505	4.987
Resultado abrangente do exercício	3.302	2.827	3.397	1.531	4.505	4.987

2023	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	UFV Brasilândia
Ativo					
Circulante	2.158	1.853	2.860	2.800	5.686
Caixa e equivalentes de caixa	238	467	9968	959	1.855
Não circulante	10.364	8.475	11.058	10.973	26.329
Total do ativo	12.522	10.328	13.918	13.773	32.015
Passivo					
Circulante	279	208	1.248	274	3.481
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	712	619	772	808	1.724
Empréstimos e financiamentos	-	38	47	50	2.886
Patrimônio líquido	11.531	9.501	11.898	12.691	26.810
Total do passivo e patrimônio líquido	12.522	10.328	13.918	13.773	32.015
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	3.756	2.594	3.636	3.458	7.448
Custos operacionais	(1.011)	(862)	(1.125)	(1.051)	(2.318)
Lucro (prejuízo) bruto	2.745	1.732	2.511	2.407	5.130
Despesas gerais e administrativas	(42)	(69)	(66)	(50)	(27)
Receitas financeiras	22	15	15	59	163
Despesas financeiras	(79)	(330)	(67)	(82)	(186)
Resultado operacional	2.646	1.328	2.393	2.334	5.080
Imposto de renda e contribuição social	(407)	(275)	(392)	(387)	(872)
Resultado líquido do exercício	2.239	1.053	2.001	1.947	4.208
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	2.239	1.053	2.001	1.947	4.208
Resultado abrangente do exercício	2.239	1.053	2.001	1.947	4.208

2023	UFV Apolo 1	UFV Apolo 2	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2	UFV Olaria 1
Ativo					
Circulante	1.506	1.669	1.889	1.775	1.660
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	1.318	-
Não circulante	8.346	8.474	13.154	13.144	13.228
Total do ativo	9.852	10.143	15.043	14.919	14.888
Passivo					
Circulante	81	82	110	99	104
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	697	680	903	903	945
Empréstimos e financiamentos	699	680	903	903	945
Patrimônio líquido	9.074	9.381	14.030	13.917	13.839
Total do passivo e patrimônio líquido	9.852	10.143	15.043	14.919	14.888
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	1.535	1.616	2.160	1.987	1.894
Custos operacionais	(558)	(540)	(780)	(781)	(770)
Lucro (prejuízo) bruto	977	1.076	1.380	1.206	1.124
Despesas gerais e administrativas	(81)	(73)	(81)	(81)	(80)
Receitas financeiras	16	4	24	40	32
Despesas financeiras	(3)	(4)	(5)	(4)	(3)
Resultado operacional	909	1.003	1.318	1.161	1.073
Imposto de renda e contribuição social	(160)	(164)	(235)	(221)	(207)
Resultado líquido do exercício	749	839	1.083	940	866

Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	749	839	1.083	940	866
Resultado abrangente do exercício	749	839	1.083	940	866

2023	UFV Olaria 2	UFV Prudente	UFV Duceu
Ativo			
Circulante	1.292	3.560	993
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.053	992
Não circulante	13.741	34.408	24.448
Total do ativo	15.033	37.968	25.441
Passivo			
Circulante	82	238	404
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Não circulante	918	1.438	4.416
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Patrimônio líquido	14.033	36.292	20.621
Total do passivo e patrimônio líquido	15.033	37.968	25.441
Demonstração do resultado			
Receita líquida de vendas	1.719	6.807	1.376
Custos operacionais	(738)	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	981	6.807	1.376
Despesas gerais e administrativas	(75)	(1.940)	(601)
Receitas financeiras	2	-	-
Despesas financeiras	(10)	(230)	(9)
Resultado operacional	898	4.637	766
Imposto de renda e contribuição social	(178)	(745)	(138)
Resultado líquido do exercício	720	3.892	628
Resultado abrangente do exercício			
Resultado líquido do exercício	720	3.892	628
Resultado abrangente do exercício	720	3.892	628

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2022, são apresentadas a seguir:

2022	UFV Janaúba	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo						
Circulante	3.800	1.587	2.442	1.721	3.016	3.615
Caixa e equivalentes de caixa	2.954	694	948	792	1.434	1.896
Não circulante	17.553	16.722	20.020	12.488	23.396	27.070
Total do ativo	21.353	18.309	22.462	14.209	26.412	30.685
Passivo						
Circulante	1.908	277	330	495	364	674
Empréstimos e financiamentos	1.742	-	-	25	-	-
Não circulante	12.462	808	944	540	1.131	877
Empréstimos e financiamentos	11.178	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	6.983	17.224	21.188	13.174	24.917	29.134
Total do passivo e patrimônio líquido	21.353	18.309	22.462	14.209	26.412	30.685
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	-	5.980	7.343	-	7.901	10.333
Custos operacionais	4.628	(1.089)	(1.119)	(779)	(1.226)	(1.351)
Lucro (prejuízo) bruto	4.628	4.891	6.224	(779)	6.675	8.982
Despesas gerais e administrativas	-	(82)	(61)	(76)	(91)	(84)
Receitas financeiras	198	12	37	577	32	80
Despesas financeiras	(1.007)	(210)	(158)	(215)	(85)	(171)
Resultado operacional	3.819	4.611	6.042	(493)	6.531	8.807
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(714)	(655)	(819)	3.053	(879)	(1.170)
Resultado líquido do exercício	3.105	3.956	5.223	2.560	5.652	7.637

Resultado abrangente do exercício

Resultado líquido do exercício	3.105	3.956	5.223	2.560	5.652	7.637
Resultado abrangente do exercício	3.105	3.956	5.223	2.560	5.652	7.637

2022	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteira I	UFV Porteira II	UFV Brasilândia
Ativo					
Circulante	1.191	1.076	1.043	1.533	3.100
Caixa e equivalentes de caixa	557	470	288	749	1.543
Não circulante	10.851	9.269	11.625	11.778	27.616
Total do ativo	12.042	10.345	12.668	13.311	30.716
Passivo					
Circulante	208	259	159	183	3.596
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	453	404	1.178	723	1.118
Empréstimos e financiamentos	-	29	676	198	2.770
Patrimônio líquido	11.381	9.682	11.331	12.405	26.002
Total do passivo e patrimônio líquido	12.042	10.345	12.668	13.311	30.716
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	4.006	3.026	3.758	3.946	7.826
Custos operacionais	(749)	(635)	(813)	(795)	(1.642)
Lucro (prejuízo) bruto	3.257	2.391	2.945	3.151	6.184
Despesas gerais e administrativas	(63)	(57)	(73)	(74)	(113)
Receitas financeiras	54	309	25	19	945
Despesas financeiras	(148)	(94)	(202)	(87)	(75)
Resultado operacional	3.100	2.549	2.695	3.009	6.941
Imposto de renda e contribuição social	(447)	(422)	(409)	(427)	(1.180)
Resultado líquido do exercício	2.653	2.127	2.286	2.582	5.761
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	2.653	2.127	2.286	2.582	5.761
Resultado abrangente do exercício	2.653	2.127	2.286	2.582	5.761

2022	UFV Apolo 1	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2	UFV Olaria 1
Ativo				
Circulante	703	676	1.058	942
Caixa e equivalentes de caixa	206	484	653	610
Não circulante	8.298	13.250	13.218	13.293
Total do ativo	9.001	13.926	14.276	14.235
Passivo				
Circulante	98	132	123	171
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Não circulante	403	563	563	592
Empréstimos e financiamentos	403	563	563	563
Patrimônio líquido	8.500	13.231	13.590	13.472
Total do passivo e patrimônio líquido	9.001	13.926	14.276	14.235
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	2.379	2.711	2.373	2.086
Custos operacionais	(546)	(755)	(755)	(761)
Lucro (prejuízo) bruto	1.833	1.956	1.618	1.325
Despesas gerais e administrativas	(111)	(115)	(109)	(107)
Receitas financeiras	3	9	6	5
Despesas financeiras	(3)	(4)	(3)	(2)
Resultado operacional	1.722	1.846	1.512	1.221
Imposto de renda e contribuição social	(250)	(288)	(249)	(215)
Resultado líquido do exercício	1.472	1.558	1.263	1.006
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	1.472	1.558	1.263	1.006
Resultado abrangente do exercício	1.472	1.558	1.263	1.006

UFV Jequitibá

Em 8 de março de 2024, a Cemig Sim concluiu a aquisição de 100% de participação societária na Oasis Solar Jequitibá SPE Ltda. (“UFV Jequitibá”), após cumpridas todas as condições precedentes, concluindo assim a compra da última das três usinas fotovoltaicas. O valor da aquisição foi de R\$39,7 milhões. A análise preliminar de mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos não está disponível até a emissão dessas demonstrações.

As três usinas fotovoltaicas somam 16,2MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, e estão localizadas nas cidades de Prudente de Morais, Montes Claros e Jequitibá, todas elas em Minas Gerais.

Política contábil

Investimentos em participação societária

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo negócio independentemente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um processo substantivo que, juntamente a uma entrada de recursos, contribui significativamente para a capacidade de gerar recursos.

A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que poderá resultar no reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mais-valia,

menos-valoria ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício na data da aquisição.

A mais-valoria e a menos-valoria representam a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e o valor contábil das participações societárias adquiridas. O goodwill e a compra vantajosa representam a diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores.

Estimativas e julgamentos

Investimentos em participação societária

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando incorridas, são reconhecidas no resultado, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil. O método da equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia.

Combinação de negócios

Os custos gerados pela aquisição dos ativos são alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o *goodwill*, a mais-valoria e a menos-valoria são mensurados pelo custo, deduzidos de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o *goodwill*, a mais-valoria e a menos-valoria adquiridos em combinação de negócios são, a partir da data de aquisição, alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		645	(460)	185
Máquinas e equipamentos	15,67	539	(354)	185
Móveis e utensílios	5,84	106	(106)	-

Em curso		116.840	-	116.840
Máquinas e equipamentos		50	-	50
Outros		116.790	-	116.790
Total		117.485	(460)	117.025

	Taxa média anual de depreciação (%)	2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		645	(406)	239
Máquinas e equipamentos	15,46	539	(300)	239
Móveis e utensílios	6,25	106	(106)	-
Em curso		16.830	-	16.830
Máquinas e equipamentos		50	-	50
Total		17.475	(406)	17.069

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear por taxas que refletem a vida útil dos bens.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transfêrência (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação / amortização Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	645	-	-	-	645	-	(460)	185
Máquinas e equipamentos	540	-	-	-	540	-	(354)	185
Móveis e utensílios	105	-	-	-	105	-	(106)	-
Em curso	16.830	100.010	-	-	116.840	110.010	-	116.840
Máquinas e Equipamentos	50	-	-	-	50	-	-	50
Outros (1)	16.780	100.010	-	-	116.790	110.010	-	116.790
Total	17.475	100.010	-	-	117.485	110.010	(460)	117.025

(1) Substancialmente referem-se aos projetos em construção Ouro Solar, Bloco Azul e Solar do Cerrado.

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transfêrência (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação / amortização Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	407	-	-	239	646	239	(406)	240
Máquinas e equipamentos	301	-	-	239	540	239	(300)	240
Móveis e utensílios	106	-	-	-	106	-	(106)	-
Em curso	238	16.830	-	(239)	16.829	16.591	-	16.829
Total	645	16.830	-	-	17.475	16.830	(406)	17.069

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo de operação das usinas.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

9. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada (1)	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2022		
Até 5 anos	6,48	0,53
De 6 a 10 anos	6,59	0,54
De 11 a 15 anos	6,64	0,54
De 16 a 30 anos	6,65	0,54
Contratos celebrados em 2023		
Até 7anos	6,82	0,55
De 9 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizada.

a) Movimentação do direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.119	-	3.119
Adição	14.370	356	14.726
Amortização	(455)	(30)	(485)
Remensuração	284		284
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.318	326	17.644
Adição	23.234	-	23.234
Amortização	(927)	(74)	(1.001)
Remensuração	2.600	18	2.618
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.225	270	42.495

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.272
Adição	14.626
Juros incorridos	937
Arrendamentos pagos	(943)
Juros sobre arrendamentos pagos	(177)
Remensuração	285
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.000
Adição	23.234
Juros incorridos	3.642
Arrendamentos pagos	(2.112)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1.965)
Remensuração	2.618
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.417
Passivo circulante	3.351
Passivo não circulante	40.066

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 19.

Política contábil

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento, os quais incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

10. FORNECEDORES

	2023	2022
Materiais e serviços	2.609	821
TOTAL	2.609	821

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
ISSQN	285	161
INSS	524	338
Pis/Cofins/CSLL	1.888	37
Outros	132	146
Total	2.829	682

12. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2023	2022
Circulante		
Previdência	358	336
Outros	51	81
	409	417

13. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$139 (R\$125 em 31 de dezembro de 2022) referente às ações de natureza trabalhista, em que discute sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais.
- R\$5.370 (R\$4.817 em 31 de dezembro de 2022) referente aos honorários sucumbenciais decorrentes de ação de natureza de relações com grandes consumidores.

Adicionalmente, em 2023 não houve processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$315.257 (R\$175.033 em 31 de dezembro de 2022), representado por 315.257.242 ações (175.032.992 em 31 de dezembro de 2022) ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2023 a Cemig realizou adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$211.834, com a finalidade de realização de investimentos. Desse valor foram integralizados R\$140.225, com emissão de 140.224.250 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação.

Além do saldo remanescente de R\$71.610, houve aportes adicionais até março 2024 no montante total R\$100.150, de forma que já foi aprovado pelo Conselho Fiscal e está no rito dos tramites legais para conclusão do aumento de capital no montante total de R\$171.760, com emissão de 171.760.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, e conseqüentemente haverá a alteração do estatuto social conforme do “caput” do artigo 5º, passando o Capital Social de R\$315.257.242,43 (trezentos e quinze milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos) para R\$487.017.242,43 (quatrocentos e oitenta e sete milhões, dezessete mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), representado por 487.017.242 (quatrocentos e oitenta e sete milhões, dezessete mil, duzentos e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A composição das contas de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reservas de lucros		
Reserva legal	2.041	1.230
Reserva de retenção de lucros	27.112	15.562
Total	29.153	16.792

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$811 de reserva legal em 2023 (R\$573 em 2022), correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$3.850 (R\$5.448 em 2022), a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Dividendos

Em novembro de 2023, houve alteração do estatuto social da Companhia com a nova determinação do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios que passou a ser considerado o mínimo de 25,0% (50,0% até 2022) do lucro líquido do exercício.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	16.211	11.469
Reserva legal constituída	(811)	(573)

	15.400	10.896
Dividendos propostos		
Dividendos obrigatórios – reserva especial	3.850	5.448
Reserva de retenção de lucros	11.550	5.448
Total dos dividendos	15.400	10.896

Destinação do resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$16.211, seja dada a seguinte destinação:

- R\$811 para constituição de reserva legal;
- R\$3.850 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$11.550 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Cemig Sim, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$3.850 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da empresa o permitir; e R\$11.550 mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

c) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.896
Dividendos obrigatórios – reserva especial ref. 2022	(5.448)
Reserva de retenção de lucros ref. 2022	(5.448)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	3.850
Proposta de dividendos reserva de retenção ref. 2023	11.550
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.400

15. RECEITA

	2023	2022
Faturamento bruto de serviços	6.437	7.436
Receita de eficiência energética em geração distribuída	3.063	5.681
Receita de <i>Fees</i> das operações	2.266	1.027
Receita de consultoria e assistência técnica	861	728
Receita de Pesquisa e Desenvolvimento	134	-
Receita com treinamentos	113	-
Deduções à receita (a)	(740)	(883)
Total	5.697	6.553

a) Deduções à receita

	2023	2022
Cofins	145	568
Pasep	489	123

ISSQN	106	192
	740	883

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

Em relação às receitas de intermediação, para determinar o montante a ser reconhecido referente à receita de serviços de gestão em energia auferidas, a Companhia apura o valor conforme determinado nos contratos junto aos clientes referente à intermediação de eficiência energética. O valor a ser reconhecido é apurado, contrato a contrato, por meio de relatórios externos de volumes de geração, compensação de créditos e tarifação da distribuidora e preço da energia comercializada. Assim, as receitas de intermediação são mensuradas com base em um percentual fixo estabelecido no contrato.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2023	2022
Encargos de distribuição (1)	4.096	507
	4.096	507

(1) Encargos de uso da rede básica de distribuição referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução

Despesas

A composição das despesas da Companhia é conforme segue:

	2023	2022
Pessoal (a)	9.829	9.293
Materiais	158	141
Serviços de terceiros (b)	10.961	9.343
Arrendamentos e aluguéis	767	407
Tributos	409	383
Depreciação e amortização	1.035	528
Provisões (Reversões) Operacionais – Perdas de Créditos Esperadas (nota 5)	(3.309)	-
Outros Despesas Operacionais Líquidos (recuperação)	(102)	309
	19.748	20.404

a) Pessoal

	2023	2022
Remuneração	6.558	6.532
Encargos	2.141	1.739

Previdência privada	645	671
Outros benefícios	485	351
	9.829	9.293

b) Serviços de terceiros

	2023	2022
Consultoria	520	432
Mão de obra contratada temporária	5.604	4.789
Tecnologia da informação	4.154	3.365
Outros	683	758
	10.961	9.344

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações no mercado financeiro	1.139	1.944
Pasep/Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(55)	(93)
Variações monetárias	31	49
Outras receitas financeiras	8	14
Total de receitas financeiras	1.123	1.914
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(447)	(423)
Outras despesas financeiras	(424)	4
Total de despesas financeiras	(871)	(419)
Resultado financeiro	252	1.495

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)								
Cemig Distribuição	-	-	184	-	-	-	(5.423)	(559)

Os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) são contratos firmados pelos contratantes com as distribuidoras os quais estabelecem os termos e condições para o uso do sistema de distribuição pelos contratantes, incluindo a prestação de serviços pelas distribuidoras, bem como, conforme o caso, as condições para a Conexão à Rede de Distribuição e para o fornecimento de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(44)	(76)
Cemig Geração Camargos	812	109	-	-	191	109	-	-
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	-	-	642	-	-	-

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Cessão de pessoal								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	408	-	-	-	(3.771)

A Companhia possuía um acordo com a sua controladora para cessão de pessoal em que os custos relacionados aos empregados cedidos eram reembolsados à controladora.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Dividendos								
UFV Porteirinha 1	482	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	3.850	5.448	-	-	-	-

A tabela acima indica a posição passiva da Companhia com a Controladora em relação à Dividendos e em relação à posição ativa de saldos de dividendos a receber das investidas.

Em relação à posição passiva, a Diretoria Executiva, aprovou a declaração de dividendos no total de R\$3.850. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos dividendos estão presentes nota explicativa nº 14.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	-	1.065	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	6.316	-	-	-	92	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	24	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	457	437	-	-	(613)	(548)
Não circulante								
Arrendamento operacional	5.221	3.270	5.169	3.096	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado, com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 19 de setembro de 2023, o contrato de aluguel foi reajustado em 4,61%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	4.153	3.903
Participação nos resultados	937	885
Previdência privada	229	383
Planos de saúde e odontológico	79	38
Total (1)	5.398	5.209

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					

Custo amortizado					
Clientes		5.341	5.341	591	591
Títulos e valores mobiliários		-	-	907	907
		<u>5.341</u>	<u>5.341</u>	<u>1.498</u>	<u>1.498</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	39.511	39.511	1.065	1.065
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2	-	-	694	694
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	-	-	3.284	3.284
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	1.456	1.456
		<u>39.511</u>	<u>39.511</u>	<u>6.499</u>	<u>6.499</u>
		<u>44.852</u>	<u>44.852</u>	<u>7.997</u>	<u>7.997</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(2.609)	(2.609)	(821)	(821)
Passivo de arrendamento		(43.417)	(43.417)	(18.000)	(18.000)
		<u>(46.026)</u>	<u>(46.026)</u>	<u>(18.821)</u>	<u>(18.821)</u>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, considerando as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	2023	2022
Ativos		
Equivalentes de caixa - Aplicações (Nota 3)	39.511	1.065
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	-	6.341
Ativo exposto	39.511	7.406

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui provisão para Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações *overnight* remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.609	-	-	-	-	2.609
Passivo de arrendamento	310	620	2.789	14.754	68.029	86.502
TOTAL	2.919	620	2.789	14.754	68.029	89.111

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com clientes; e
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Pablo Rios
Diretor-Presidente, em exercício

Marley de Souza Lemos
Diretor de Operações

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - CEMIG SIM, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias:

I- Examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer dos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

II- Examinaram a proposta da Diretoria para destinar o Lucro Líquido do exercício de 2023, no montante de R\$16.211 mil, da seguinte forma: (i) R\$811 mil para constituição de reserva legal, conforme legislação vigente; (ii) R\$3.850 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e (iii) R\$11.550 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Cemig Sim, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$3.850 mil para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$11.550 mil mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Cemig Sim. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer dos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

III- Examinaram o Orçamento de Capital consolidado para o ciclo de 2024-2026, estimado em R\$653 milhões de reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido por recursos aportados pela Holding além dos recursos da operação da própria Companhia, incluindo o valor de R\$11,6 milhões referentes à Retenção de lucros do exercício de 2023. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2024.